



O PAPEL DAS MISSÕES DA ONU NA CONSTRUÇÃO DA PAZ EM ANGOLA (1989-1997)

A presença da Organização das Nações Unidas em Angola, materializada nas missões UNAVEM I, II e III, foi um fator importante para a gestão e a eventual resolução da guerra civil. Cada missão teve um papel distinto na complexa transição do país, da guerra à paz.

Este artigo analisa a atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) em Angola, com foco nas missões de verificação (UNAVEM I, II e III). Contextualiza-se a intervenção no cenário da Guerra Fria, em que a rivalidade entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) escalou para uma prolongada guerra civil. A análise descreve como a UNAVEM I foi crucial para a retirada de tropas estrangeiras, enquanto a UNAVEM II, apesar de seus esforços, falhou em consolidar a paz após as eleições de 1992. Por fim, o artigo examina a UNAVEM III, que, baseada no Protocolo de Lusaka, demonstrou a importância da persistência diplomática para a desmobilização das forças e a eventual resolução do conflito. Destaca-se, também, o papel da diplomacia e o contributo do Brasil nessas operações de paz.

Contexto

Com o fim do colonialismo português em meados da década de 1970, a África viu-se no epicentro de um processo de reconfiguração política e social, impulsionado por um novo ímpeto de autodeterminação. Contudo, em Angola, o sonho da independência foi rapidamente ofuscado pela realidade da Guerra Fria, que transformou a nação em um campo de batalha por procuração entre as duas superpotências. A rivalidade entre os principais movimentos de libertação – o Movimento Popular de Libertação de Angola, a União Nacional para a Independência Total de Angola e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) – escalou para uma brutal guerra civil, alimentada por um vasto arsenal de apoio externo da União Soviética, dos Estados Unidos e de outros atores regionais, como Cuba e a África do Sul (Nunes, 2020; Silva, 2018).

O conflito devastador, que perdurou por décadas, expôs a incapacidade das partes em chegar a um acordo duradouro e destacou a necessidade urgente de uma intervenção externa. Nesse cenário de caos e incerteza, a Organização das Nações Unidas (ONU) emergiu como um ator crucial, assumindo a difícil tarefa de facilitar a paz. A atuação da ONU em Angola manifestou-se por meio de uma série de missões de verificação, que buscavam desde a retirada de tropas estrangeiras até à fiscalização de eleições e a desmobilização de combatentes dos movimentos de libertação.

No cenário de alta complexidade da guerra civil angolana, a intervenção da ONU foi um processo evolutivo, dividido em três missões de verificação sucessivas. Cada uma delas teve um mandato específico, adaptado à dinâmica do conflito e aos acordos de paz firmados.

Este artigo tem como objetivo principal analisar a natureza e o impacto das missões de verificação das Nações Unidas (UNAVEM I, II e III) no processo de pacificação de Angola, focando no período de 1989 a 1991. Para tal, este trabalho descreve os mandatos específicos de cada missão, examina os desafios enfrentados num contexto de profunda polarização e avalia o papel da diplomacia multilateral na busca por uma solução para o conflito (Sebastião, 2019). Ao aprofundar essa análise, é possível compreender as complexidades da atuação da ONU e o longo caminho percorrido por Angola em direção à paz.

As Missões UNAVEM: Um processo de paz em três fases

No cenário de alta complexidade da guerra civil angolana, a intervenção da ONU foi um processo evolutivo, dividido em três missões de verificação sucessivas. Cada uma delas teve um mandato específico, adaptado à dinâmica do conflito e aos acordos de paz firmados pelas partes beligerantes.

• UNAVEM I: O marco inicial para a retirada

A primeira Missão de Verificação das Nações Unidas para Angola, a UNAVEM I, foi estabelecida em um momento crucial de tensão entre os movimentos de libertação. O seu principal objetivo era promover a negociação entre o MPLA e a UNITA, além de supervisionar o cumprimento da Resolução 435 (1978) do Conselho de Segurança da ONU (Nações Unidas, 2000). Esta resolução, um marco diplomático, visava o afastamento das forças militares estrangeiras, o que levou à retirada gradual das tropas cubanas e sul-africanas do território angolano. A missão, que durou de 1989 a 1991, foi composta por 70 observadores militares de dez países. O Brasil, em particular, teve um papel de destaque com a chefia da missão pelo General Péricles Gomes, cuja atuação conferiu respeito e reconhecimento internacional aos observadores brasileiros (Duarte, 2002; Sebastião, 2019).

• UNAVEM II: A tentativa frustrada de eleições

A segunda fase da intervenção da ONU, a UNAVEM II, surgiu em 1991 como resultado do Acordo de Bicesse, assinado em Portugal. O acordo, mediado por um grupo de observadores internacionais, estabeleceu um cessar-fogo entre a UNITA e o MPLA e designou a UNAVEM II para a difícil tarefa de fiscalizar as primeiras eleições democráticas do país.

MISSÕES DE PAZ DA ONU EM ANGOLA

Informações sobre a constituição, destacamento e implementação destas missões em:
 UNAVEM I – <https://peacekeeping.un.org/mission/past/unavem1/UnavemIB.htm>
 UNAVEM II – <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/Unavem2/UnavemIIB.htm>
 UNAVEM III – <https://peacekeeping.un.org/ru/mission/past/unavem3.htm>

UNAVEM I	Janeiro de 1989 a Junho de 1991	Primeira missão de manutenção da paz, com o objetivo de verificar o cessar-fogo durante a guerra civil.
UNAVEM II	1991 a 1995	A missão evoluiu para monitorizar as eleições presidenciais e legislativas e garantir a observância do cessar-fogo, especialmente após o colapso dos acordos de paz iniciais, de acordo com o Protocolo de Lusaka.
UNAVEM III	1995 a 1997	Criada após o Protocolo de Lusaka para supervisionar a fase de implementação do processo de paz, incluindo a preparação de eleições.
MONUA	1997 a 1999	A Missão de Observação das Nações Unidas em Angola foi a última missão de paz no país, com o objetivo de apaziguar tensões e apoiar o processo democrático.

Apesar da presença de diversas figuras de destaque na assinatura do acordo, a missão foi marcada pela fragilidade institucional. A derrota da UNITA no ato eleitoral de 1992 não foi aceite pelo seu líder, Jonas Savimbi, que alegou fraude. A recusa em aceitar o resultado eleitoral levou o país a um novo e sangrento período de conflito, tornando os esforços diplomáticos da UNAVEM II insuficientes para sustentar a paz (José, 2008; Rodrigues e Migon, 2019). Após o reinício dos combates em outubro de 1992, entre o Governo e a UNITA, o mandato da UNAVEM II foi reajustado de forma a apoiar as partes a chegarem a acordo para completar o processo de paz.

• UNAVEM III: O recomeço rumo à paz

Em 1994, a ONU lançou a UNAVEM III para suceder à missão anterior e auxiliar na restauração da paz e ativar a reconciliação nacional com base nos acordos de paz, assinados em 31 de maio de 1994 e do Protocolo de Lusaka, assinado em 20 de novembro de 1994, assim como na aplicação das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A implementação do Protocolo de Lusaka, assinado na Zâmbia, tornou-se o novo e principal objetivo da missão. Este acordo estabeleceu um conjunto de tarefas complexas e abrangentes para a UNAVEM III, incluindo a monitorização do cessar-fogo, a verificação da retirada e do aquartelamento das forças da UNITA, a supervisão da recolha e armazenamento de armamentos, além do apoio logístico e humanitário. A missão foi estendida até 1997, a fim de assegurar o cumprimento integral dos seus objetivos (Bernardino, 2013).

A Resolução 796 do Conselho de Segurança da ONU solicitou a cooperação do governo angolano e o reforço da sua equipa de Direitos Humanos, reconhecendo a necessidade de uma abordagem multifacetada para alcançar a paz duradoura (Nações Unidas Peacekeeping, 1997; Sebastião, 2020).

Apesar de algumas lacunas e das complexidades inerentes ao cenário angolano, a ONU considerou a UNAVEM III um sucesso, com base nas diretrizes de seu mandato. A missão contou com a participação de mais de 4.000 militares, observadores e civis de diversas nacionalidades (Sebastião, 2020).

Considerações finais

A presença da Organização das Nações Unidas em Angola, materializada nas missões UNAVEM I, II e III, foi um fator crucial para a gestão e a eventual resolução da guerra civil. Cada missão teve um papel distinto na complexa transição do país, da guerra à paz. Enquanto a UNAVEM I foi decisiva para a retirada das forças estrangeiras e o início do processo de diálogo, a UNAVEM II, apesar de seus esforços, não conseguiu evitar a retomada do conflito, demonstrando as dificuldades em supervisionar processos eleitorais num cenário de profunda desconfiança.

O sucesso da UNAVEM III, ancorado no Protocolo de Lusaka, demonstra que a persistência diplomática e a aplicação de mandatos robustos são essenciais. Embora o processo não tenha sido perfeito, a missão representou um avanço significativo na desmobilização das forças e no restabelecimento da ordem. O histórico das missões UNAVEM, somado à subsequente Missão das Nações

Unidas em Angola (MONUA), serve como um estudo de caso sobre os desafios e as conquistas das operações de paz. A experiência angolana reafirma que, mesmo em cenários de alta complexidade, o esforço internacional e a cooperação diplomática são pilares fundamentais para a consolidação da paz e da estabilidade em nações que enfrentam conflitos internos. ●

Referências

- Bernardino, Luís M. B. (2013). *A posição de Angola na Arquitetura de Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas angolanas*. Almedina, Coimbra. ISBN 978-972-40-5000-3.
- Duarte, António Pereira (2020). *Atuação brasileira em forças de paz*. Centro de Memória do Ministério Público Militar, Brasil.
- José, Joveta (2008). *Angola: independência, conflito e normalização*. In Macedo, J. R. (org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. pp. 159-179. <https://books.scielo.org/ld/y44cf>
- Nações Unidas (2000). *Missão de Verificação das Nações Unidas para Angola (UNAVEM)*. <https://peacekeeping.un.org/mission/past/unavem1/UnavemIB.htm>.
- Nações Unidas Peacekeeping (1997). *Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III*. https://peacekeeping.un.org/mission/past/unavem_p.htm
- Nunes, Fernando J. M. (2020). *A Guerra Civil Angolana no contexto da Guerra Fria: da Independência à Guerra por Procuração*. Monografia (Pós-graduação em Defesa e Segurança) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2020. www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CEMOS_048_MONO_CC_CA_JOSE%20NUNES_0.pdf
- Persici, Rossana S. (2020). *Guerra e Paz em Angola: Um Estudo sobre o Papel da ONU e das Grandes Potências*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. https://bib.pucminas.br/teses/RelInternac_PersiciRS_1.pdf.
- Rodrigues, Anselmo de Oliveira; Migon, Eduardo Xavier F. G. (2019). *Do Acordo Tripartido (1988) ao Acordo de Paz em 2002: O processo de Paz conduzido em Angola*. Revista Brasileira de Estudos Africanos, Porto Alegre, v. 4, n. 7, pp. 51-83, jan./jun. 2019.
- Sebastião, Yolanda P. F. (2019). *O grande papel da ONU na resolução do conflito em Angola 1989-1999*. Monografia (Pós-graduação em Defesa e Segurança) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17838/1/YPFS21072020.pdf>.
- Silva, António C. M. (2018). *Angola: História, luta de libertação, Independência, guerra civil e suas Consequências*. NEARI EM REVISTA, v. 4, n. 5, p. 1, 2018.